

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.057 - GO (2020/0263846-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS**  
**PROCURADOR : JOSÉ MARIA PEREIRA - GO009632**  
**AGRAVADO : CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A**  
**ADVOGADOS : CID PADUA AGUIRRE - GO024131**  
**DANIEL VINICIOS NUNES VIEIRA - GO031725**  
**DARIO JUNIO CARDOSO DE CASTRO - GO059390**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE TRIBUTÁRIA C/C TUTELA DE URGÊNCIA. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI). INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL. BEM IMÓVEL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. LIMITAÇÃO AO CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO. VALOR VENAL DO BEM INFERIOR AO CAPITAL A SER INTEGRALIZADO. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA, EM GRAU RECURSAL. SENTENÇA MANTIDA.

1. O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI tem por fato gerador a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, e a cessão de direitos relativos à sua aquisição. Assim, para delimitar o alcance das normas de imunidade tributária é necessário compreender as funções econômicas, políticas e sociais subjacentes ao texto, conferindo maior preponderância aos valores constitucionalmente protegidos.

2. A imunidade do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), na hipótese de transmissão de bem imóvel para fins de incorporação ao patrimônio da pessoa jurídica em realização de capital, tem o propósito de fomentar a livre iniciativa e o desenvolvimento da atividade empresarial, contribuindo para o crescimento econômico do país, conforme ocorreu, na hipótese.

4. A imunidade do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), por integralização de capital, está limitada ao valor nominal do imóvel suficiente à integralização do capital social.

Dessa forma, sendo o valor venal do bem inferior ao capital a ser integralizado, não há falar-se em cobrança do ITBI do excedente, conforme ocorreu, na hipótese.

5. Deve ser majorada a verba honorária anteriormente fixada, em favor dos patronos da Apelada, de 10% (dez por cento), para 13% (treze por cento) sobre o valor do imposto declarado inexigível, com arrimo no que prescreve o artigo 85, §11, do Código de Processo Civil/2015, aliado aos princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade.

APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, o recorrente alega violação do art. 36, I, do CTN, no que concerne à incidência do ITBI, trazendo o seguinte argumento:

[...] emerge de forma cristalina dos autos que a Recorrida não faz jus à imunidade do ITBI, pois, a alteração patrimonial não ocorreu via realização de capital, mas sim, mediante contrato de compra e venda, não se inserindo, portanto, na hipótese imunizante do art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal repetida no Art. 36, inciso I, do CTN.

Verifica-se na documentação carreada aos autos com a inicial, fato que foi expressamente confessado pela Recorrida, que foi celebrado entre a CELG D e a CELG GT, com a interveniência da CELGPAR, Instrumento Público de Promessa de Compra e Venda, com Outorga de Procuração, envolvendo os imóveis situados no território do Recorrente, por meio do qual ficou estabelecida a transferência da propriedade e ajustado o preço, cujo pagamento ficou acordado para ser realizado em 30 (trinta) dias mediante depósito na conta-corrente da promitente - vendedora (CELG D) aberta junto à Caixa Econômica Federal. Referida operação se enquadra de forma perfeita ao conceito legal do contrato de compra e venda fornecido pelo art. 481, do Código Civil:

"Art. 481. Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro."

Além disso, não foi possível identificar na documentação carreada aos autos a escrituração contábil relativa à integralização de capital, ou seja, não houve contabilização em qualquer subtítulo da conta capital social. Pelo contrário, o que emerge de forma clara de todas as informações contantes dos autos é a ocorrência da compra e venda dos imóveis situados no território do Município de Anápolis feita pela Recorrida junto à CELG Distribuição (fls. 481-482).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso em tela, as empresas envolvidas na transferência dos

imóveis, CELG D e CELG GT, por decisão de suas diretorias, resolveram realizar a transferência de capital entre elas, reduzindo o capital da CELG D para integralizar o capital da CELG GT.

Contudo, pelo fato de a CELG D, no momento da transferência dos imóveis, estar com o Patrimônio Líquido Negativa não foi possível realizar a redução de seu capital para, posterior integralização na CELG GT.

Assim, as citadas empresas acordaram, entre si, que os imóveis seriam transferidos por meio de uma escritura de compra e venda, que, na verdade, trata-se de redução de capital da CELG D para integralização do capital da CELG GT.

A empresa Apelada (CELG GT), nas suas contrarrazões, no Capítulo II, destacou que a necessidade de transferência dos imóveis se deu pelo fato da segregação nas atividades do setor elétrico.

Ademais, os imóveis vinculados à concessão de serviço público de DISTRIBUIÇÃO de energia elétrica continuariam com a CELG DISTRIBUIÇÃO S/A, ao passo que os imóveis vinculados à concessão de serviço público de GERAÇÃO E TRANSMISSÃO de energia elétrica ficariam com a CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A, o que solucionaria questões dos contratos de concessão vinculados a cada uma das empresas (fls. 465).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente